



As Modalidades de Uso Diagnóstico, Probatório e Seletivo dos Resultados da Avaliação da Aprendizagem na Prática Docente

The Diagnostic, Evidentiary, and Selective Uses of Learning Assessment Results in Teaching Practice

Rafael Moreira da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Resumo: A avaliação da aprendizagem é um processo inerente à prática docente e desempenha papel fundamental na qualidade do ensino. Com base nas contribuições de Luckesi (2018), este estudo analisa as modalidades de uso dos resultados da avaliação da aprendizagem na prática pedagógica: diagnóstico, probatório e seletivo. O uso diagnóstico permite identificar a qualidade da aprendizagem durante o processo educativo, subsidiando intervenções e redirecionamentos pedagógicos para alcançar os objetivos propostos. O uso probatório ocorre ao final do processo, verificando se os resultados obtidos atendem aos critérios previamente estabelecidos, resultando na aprovação ou reprovação da aprendizagem. Já o uso seletivo está relacionado à classificação e hierarquização dos sujeitos avaliados, sendo amplamente empregado em processos seletivos e frequentemente associado a práticas excludentes. O estudo destaca que a avaliação constitui um ato político e epistemológico, exigindo do professor consciência crítica e competência técnico-metodológica para utilizar os resultados de forma coerente com os objetivos educacionais. Conclui-se que a articulação entre os usos diagnóstico e probatório favorece uma prática avaliativa comprometida com a aprendizagem efetiva dos estudantes, enquanto o uso seletivo tende a reforçar mecanismos de classificação e exclusão escolar.

Palavras-chave: avaliação da aprendizagem; prática docente; uso diagnóstico; uso probatório; uso seletivo.

Abstract: Learning assessment is an essential component of teaching practice and plays a fundamental role in ensuring the quality of education. Based on the contributions of Cipriano Carlos Luckesi, this study analyzes the modes of use of learning assessment results in pedagogical practice: diagnostic, evidentiary, and selective. The diagnostic use enables the identification of learning quality during the educational process, supporting pedagogical interventions and adjustments aimed at achieving the proposed objectives. The evidentiary use takes place at the end of the process, verifying whether the results obtained meet previously established criteria, leading to the approval or rejection of learning outcomes. The selective use, in turn, is related to the classification and ranking of assessed individuals and is widely employed in selection processes, often being associated with exclusionary practices. The study emphasizes that assessment is a political and epistemological act, requiring teachers to develop critical awareness and methodological competence in the management of assessment results. It concludes that the articulation between diagnostic and evidentiary uses promotes an assessment practice committed to effective student learning, whereas the selective use tends to reinforce mechanisms of classification and educational exclusion.

Keywords: learning assessment; teaching practice; diagnostic use; evidentiary use; selective use.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem constitui-se em temática recorrente da prática docente e das pesquisas acadêmicas na área de educação. Ainda é comum associá-la à realização e à aplicação de técnicas pretensamente neutras, sob um viés instrumental. É habitualmente apreendida como uma decodificação do aprendizado, transformado em rendimentos numéricos ou conceituais cujo objetivo é a definição de escalas de aproveitamento para fins de cumprimento de regimentos escolares e da situação acadêmico-escolar (Luckesi, 2011).

Neste trabalho, opondo-se a uma implementação mecânica, ingênua e singela, tendo por referência Luckesi (2018), a avaliação da aprendizagem é entendida como um ato político e epistemológico, realizado perante as circunstâncias da prática pedagógica, mediada pelo professor como agente investigador da realidade e como gestor dos resultados aferidos nesse processo. Para tanto, é exigido do professor consciência política e domínio científico-metodológico do ato de avaliar.

Segundo Luckesi (2018, p. 77), “compreende-se a avaliação como o ato de investigar a qualidade da aprendizagem do estudante, fator que implica cuidados metodológicos específicos”. Dentre esses cuidados, há o tratamento adequado dos resultados da avaliação da aprendizagem, sob a responsabilidade do professor.

Nesse sentido, este estudo examina as possibilidades de uso dos resultados da avaliação da aprendizagem com base nas modalidades apresentadas por Luckesi (2018), a partir de uma perspectiva crítica da prática pedagógica e do processo de ensino-aprendizagem, bem como da prática profissional docente.

A esse respeito, serão analisadas as possibilidades diagnósticas, probatórias e seletivas, cada qual com suas particularidades, suas relações e seus alinhamentos a propostas de práticas pedagógicas diferentes e a concepções diversas.

AS MODALIDADES DE USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Inicialmente, é preciso sublinhar que o processo avaliativo da aprendizagem no campo da educação pode se referir de maneira específica a um indivíduo, ou a uma instituição educativa (pública ou privada), ou a uma rede de ensino, ou a um sistema de ensino (municipal, distrital, estadual ou federal), ou ainda de outro modo conforme a categorização da avaliação em larga escala (Luckesi, 2018).

Neste trabalho, focaremos na avaliação que ocorre de maneira individual, qual seja, tendo por objeto o estudante em sala de aula.

Sobre a avaliação da aprendizagem, esta se constitui em uma atividade inerente ao alcance da qualidade do processo educativo escolar. Não se trata de uma atividade meramente técnica ou desprovida de intencionalidade política. O ato de avaliar é um ato político. Não há neutralidade ou pretensa imparcialidade. Ao avaliar, o professor opta por metodologia, instrumentos avaliativos, organização

de verificação e modos de mensuração da aprendizagem, de modo intencional ou subjetivo. É indispensável que cada professor tenha consciência e criticidade da condição política do ato de avaliar em seu fazer profissional (Libâneo, 2013).

Para Luckesi (2018), metodologicamente, o uso dos resultados da investigação avaliativa se insere em âmbito externo. Isso significa que o processo avaliativo se encerra ao revelar a qualidade da realidade. Por consequência, não é atinente à avaliação da aprendizagem, do ponto de vista metodológico, a gestão de seus resultados. O avaliador busca essa revelação, essa qualificação do que foi investigado. Por sua vez, cabe ao gestor da ação decidir o que fazer com os dados obtidos durante o ato de avaliar.

No campo da avaliação da aprendizagem, o avaliador e o gestor competem ao professor enquanto profissional responsável e mediador do processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, o professor se defronta com a necessidade de qualificar a aprendizagem e de gerir os resultados, de maneira a atingir os objetivos pretendidos (Luckesi, 2018).

Nesse sentido:

O ato avaliativo, como investigação da qualidade da realidade, se encerra quando, através de seus procedimentos metodológicos e técnicos, revela a qualidade da realidade investigada. Significa também que os usos dos resultados decorrentes da investigação avaliativa situam-se “para além dela”, propriamente, no âmbito da conduta do gestor da ação, que se serve desses resultados, tendo em vista subsidiar suas decisões (Luckesi, 2018, p. 58).

De acordo com Libâneo (2013), a avaliação da aprendizagem requer a capacidade de utilizar os dados do processo avaliativo para atingir os objetivos planejados e, se necessário, reaver as práticas pedagógicas implementadas.

Sobre o uso dos resultados da investigação avaliativa, analisaremos as três possibilidades apresentadas por Luckesi (2018), quais sejam, os usos de modo diagnóstico, probatório e seletivo.

O Uso Diagnóstico

Luckesi (2018) nos ensina que o uso diagnóstico é universal e constante na existência humana. Ocorre a todo instante para subsidiar as decisões cotidianas como parte inerente a cada ação consciente. Avaliar a qualidade e decidir a melhor opção mediante essa qualidade revelada.

Desse modo, em condições habituais, todo ato na vida humana é precedido pelo uso diagnóstico com vistas ao melhor resultado possível. O ser humano escolhe suas ações para identificar e reconhecer a qualidade da realidade e de modo habitual, comum e intencional, avalia a qualidade da realidade e decide a alternativa mais adequada ou mais aprazível aos seus objetivos (Luckesi, 2018). Podemos afirmar que essa modalidade de uso busca os resultados desejados, ou os mais próximos possíveis, pelo escrutínio das qualidades evidenciadas.

Para Luckesi (2018), o modo diagnóstico do uso dos resultados da investigação avaliativa tem a função de subsidiar a correção das decisões, reavendo as possibilidades existentes e a elaboração de novos trajetos. O gestor da ação poderá analisar as qualidades reveladas nos dados e conjecturar os novos planejamentos.

É importante destacar que a modalidade de uso diagnóstico do ato de avaliar é empregada quando a ação avaliativa está em curso, quando ainda há a viabilidade de modificação da qualidade (Luckesi, 2018). Ou seja, o uso diagnóstico está comprometido com a obtenção dos objetivos traçados.

Nesse sentido, no processo de ensino-aprendizagem, o uso diagnóstico se serve da referência inicialmente idealizada e da realidade observada. Caso os resultados sejam insatisfatórios, o professor poderá realinhar suas ações com vistas a intervenções que possam produzir uma nova qualidade da realidade.

Em outras palavras, Luckesi (2018) põe em relevo a responsabilidade docente perante os resultados da avaliação da aprendizagem. Afinal de contas, o professor deverá gerir a diferença entre o desejado e o observado com a finalidade de lograr a qualidade previamente planejada.

O Uso Probatório

O uso probatório dos resultados da avaliação se efetiva ao final do processo de uma ação. Nesse momento, deve-se aprovar ou reprovar a qualidade averiguada com base na expectativa de qualificação pretendida. A premissa da modalidade probatória se constitui em duas alternativas opostas: aprovar ou reprovar (Luckesi, 2018).

Diante de uma qualidade em percurso de análise, caso o resultado do processo avaliativo seja insuficiente, é necessário que seja refeito ou reformado. Por consequência, a qualidade manifestada deve ser reprovada. Por outro lado, se a qualidade revelada está em nível satisfatório e/ou adequado aos objetivos propostos, deve-se aprová-la. Essa é a função do uso probatório que sempre se realiza ao final do percurso de investigação com a decisão de aprovar ou de reprovar após verificação da qualidade obtida (Luckesi, 2018).

Dessa maneira, a modalidade de uso probatório avalia a qualidade finalizada, não sendo possível interferência posteriormente. A condição do objeto, situação, produto ou item está em seu estado final. Não é mais exequível a modificação do percurso do processo, uma vez que estará finalizado. É preciso decidir se a qualidade identificada preenche os requisitos aguardados indispensáveis (Luckesi, 2018).

Podemos afirmar que a qualidade probatória está submetida ao objetivo da ação pedagógica. Em outras palavras, o professor em sala de aula planeja, executa e avalia sua ação com a finalidade de garantir o aprendizado pelos alunos. Para isso, define uma qualidade final de aprendizagem, ou seja, a qualidade probatória esperada. O aluno deve aprender aquilo que havia sido planejado para tal empreendimento de ação pedagógica e cabe ao uso probatório atestar o triunfo do processo de ensino-aprendizagem (Luckesi, 2018).

A relação entre o uso diagnóstico e o uso probatório dos resultados da avaliação é explicitada por Luckesi (2018, p. 62) ao afirmar que:

Há, pois, uma relação constante e necessária entre o uso diagnóstico e o uso probatório dos resultados de uma ação, sendo que o uso diagnóstico subsidia o gestor a atingir a qualidade aceitável (probatória) em decorrência de suas tomadas de decisão. A meta da qualidade desejada é um farol a iluminar as decisões do gestor da ação, a fim de que ela seja obtida (grifo nosso).

O Uso Seletivo

O uso seletivo se caracteriza pela disposição classificatória dos objetos avaliados, levando em consideração os atributos verificados. Essa modalidade de uso é praticada em vestibulares, concursos e exames de seleção, dado o objetivo de dispor os objetos avaliados em escala de valores positivos ou negativos, regressiva ou progressiva, decrescente ou crescente. Aqueles que não preenchem as qualidades mínimas ou requeridas poderão ser excluídos do processo seletivo.

Luckesi (2018) frisa que o uso seletivo é marcado pela mediação através de um instrumento único, isto é, igual para todos. O uso seletivo visa à classificação do conjunto de objetos, situações, itens ou algo que seja avaliado. Inexiste uma preocupação de intervenção, modificação ou verificação individual em separado.

O uso seletivo parte do procedimento de aprovar ou reprovar e, em seguida, classificar ou desclassificar, em escala de valores previamente estabelecida. Tal prática está vinculada à pedagogia tradicional, cuja função era tipificar os sujeitos e inseri-los na sociedade conforme a aparente capacidade demonstrada.

Luckesi (2018) nos ensina que se tornou predominante na cultura escolar o uso seletivo dos resultados da avaliação educacional. Sob a premissa de que o aluno deve expor todo o conteúdo em determinado momento do percurso de ensino-aprendizagem, as escolas adoram uma postura de exames pontuais e fatídicos. A aprendizagem deve ser manifestada no momento das provas ou das provas finais.

Para a modalidade seletiva, não há a possibilidade de reversão ou de modificação desse evento sob a justificativa de que é seletiva na avaliação. Com efeito, é ignorado um conjunto de aspectos que podem prejudicar o processo de identificação da aprendizagem como de recuperação dos alunos que ainda não obtiveram o domínio necessário dos conteúdos ensinados.

Obviamente, o mecanismo do uso seletivo de avaliação não é neutro nem puramente técnico. Um de seus sintomas é a destinação dos filhos da classe trabalhadora às atividades mais aviltantes, cansativas e menos remuneradas, enquanto os filhos das classes mais favorecidas teriam um caminho mais confortável e de maior possibilidade de sucesso. Tudo sob a justificativa da seleção e do ajustamento das capacidades individuais em função da classe social (Libâneo, 2013).

A Relação entre os usos Diagnóstico, Probatório e Seletivo

O uso probatório dos resultados configura uma relação de funcionalidade com os usos diagnósticos e probatórios de maneira oposta. Podemos dizer que o uso probatório é a referência da qualidade desejada de modo consciente ou inconsciente pelo ser humano, a qual servirá para as correções (uso diagnóstico) ou justificará as classificações perpetradas (uso seletivo).

É relevante sublinhar que compete ao professor a decisão sobre o uso dos resultados da avaliação da aprendizagem e sobre a maneira como conjugará as relações entre diagnóstico, probatório e seletivo. Tal designação é um ato político que repercutirá na maneira de lidar com o processo de ensino-aprendizagem.

Na relação diagnóstico-probatória, os resultados da avaliação são utilizados para guiar as ações com o objetivo de alcançar as metas traçadas de qualidade. Para o professor, o uso diagnóstico é o sinalizador da qualidade relevada, a qual estará a serviço do êxito de todo o processo de ensino-aprendizagem, assumido pelo professor e pelos alunos.

Por outro lado, na relação probatório-seletiva, os resultados da investigação avaliativa estão a serviço da exclusão e da classificação na medida em que condizem com as expectativas aspiradas. Na prática em sala de aula, os efeitos observados são a reprovação ou a aprovação em formato de exame pontual e definitivo, à margem de um processo complexo que envolve o desenvolvimento da aprendizagem e sem uma problematização. A responsabilidade pelo resultado é exclusivamente atribuída ao aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as modalidades de uso dos resultados da avaliação da aprendizagem, Luckesi (2018) buscou configurar um modo pedagógico condizente com o contexto da atividade educativa escolar, compreendendo a prática docente em seus aspectos de planejamento, execução e gestão do ato de avaliar. São identificadas três modalidades: o uso probatório, o uso diagnóstico e o uso seletivo.

O uso probatório dos resultados da avaliação da aprendizagem se consubstancia como uma meta, uma qualidade ideal ou patamar mínimo, previamente planejado e definido pelo professor. Por sua vez, o uso diagnóstico subsidia o papel mediador do professor em sala de aula ao auxiliar as decisões da prática docente a serem tomadas para garantir a efetiva aprendizagem no percurso do processo de ensino-aprendizagem. Por fim, o uso seletivo diz respeito ao âmbito da classificação através da análise da qualidade mínima esperada e da comparação entre os resultados obtidos.

A avaliação da aprendizagem do estudante tem por objetivo permitir que o professor decida, no transcurso das atividades de ensino, formas de acompanhamento e de orientação com vistas à efetiva aprendizagem, conforme previsão curricular. Para tanto, preconiza a relação entre o uso diagnóstico e o uso

probatório, de maneira contextualizada à realidade educativa e às necessidades pedagógicas de cada estudante.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.